DE ORIENTE A OCIDENTE: ESTUDOS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS

VOLUME V

ESTUDOS DA AIL SOBRE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

(LÍNGUA, LINGUÍSTICA, DIDÁTICA)

Cláudia Pazos Alonso, Vincenzo Russo
Roberto Vecchi, Carlos Ascenso André
EDITORES

DE ORIENTE A OCIDENTE: ESTUDOS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS

VOLUME V
ESTUDOS DA AIL SOBRE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
(LÍNGUA, LINGUÍSTICA, DIDÁTICA)

TÍTULO

De Oriente a Ocidente:
estudos da Associação Internacional de Lusitanistas
Volume V – Estudos da AIL sobre Ciências da Linguagem
(Língua, Linguística, Didática)

COPYRIGHT

AIL e Angelus Novus

DESIGN

FBA

CAPA

Olharte. Publicidade e Artes Gráficas, Lda.

DATA DE EDIÇÃO

Março 2019

ISBN

978-972-8827-96-0

DEPÓSITO LEGAL

As atividades da

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS

recebem o apoio do INSTITUTO CAMÕES

ANGELUS NOVUS, EDITORA

Rua da Fonte do Bispo, n.º 136, 3.º B

3030-243 Coimbra

info@angelus-novus.com

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

ÍNDICE

A PRODUÇÃO DE VOGAIS EM CONTEXTO DE PROCESSO DE REDUÇÃO VOCÁLICA EM APRENDENTES CHINESES 7
Adelina Castelo

LÍNGUA PORTUGUESA COMO BASE DA INTERDISCIPLINARIDADE 35
Agenor Francisco de Carvalho

A REDAÇÃO DO PORTUGUÊS FUNDAMENTAL E JURÍDICO POR ENTRE LEMAS FUNDADORES E GÍRIA INDISPENSÁVEL 59
Anabela Costa da Silva Ferreira

A AQUISIÇÃO DAS CONSOANTES LÍQUIDAS DO PE EM CODA POR APRENDENTES CHINESES 87
Zhou Chao, Maria João Freitas, Adelina Castelo

O VOCABULÁRIO É PATRIMÓNIO LINGUÍSTICO E CULTURAL: O CASO DAS SALOIAS MADEIRENSES 119
Helena Rebelo

<*COMEÇAR A* + INFINITIVO> NO PORTUGUÊS EUROPEU 145
Henrique Barroso

DIÁLOGOS ENTRE LÍNGUA E LITERATURAS EM PORTUGUÊS 187
Lola Geraldes Xavier

UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DE ENSINO DOS JOVENS PROFESSORES DE PORTUGUÊS NA CHINA 211
Lu Chunhui

ENSINO DE PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS: POR UMA NORMA DE REFERÊNCIA LINGUÍSTICA 231
Miley Antonia Almeida Guimarães

OS ERROS NA FLEXÃO VERBAL DO PORTUGUÊS POR FALANTES DE ESPANHOL E A SUA EXPLICAÇÃO 253
Rocío Alonso Rey

A GRAMÁTICA DAS PALAVRAS NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA 273
Rui Abel Rodrigues Pereira

OS APRENDENTES CHINESES E A PERCEÇÃO DAS CONSOANTES OCLUSIVAS DE ACORDO COM A VARIÁVEL PONTO DE ARTICULAÇÃO 297
Yang Shu

ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO E OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: AUXILIAR MODAL *DEVER* EM PORTUGUÊS E AS SUAS EQUIVALÊNCIAS EM CHINÊS 317
Liu Siyou

A INCLUSÃO DE OBRAS LITERÁRIAS NO ENSINO/APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE) NA CHINA 319
Sun Ye

DA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS AO ENSINO DE PLE PARA APRENDENTES CHINESES 361
Xu Yixing

QUE PORTUGUÊS ENSINAR? NOTAS SOBRE A MODERNA QUESTÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA FORA DA LUSOFONIA (O ESTUDO DE CASO DA ITÁLIA)
Roberto Mulinacci 377

TEMPO DE BALANÇO – INTERVENÇÃO FINAL DO COORDENADOR DO XII CONGRESSO 391
Carlos Ascenso André

Lista dos Membros da Comissão Executiva e Comissão Científica 401

QUE PORTUGUÊS ENSINAR? NOTAS SOBRE A MODERNA QUESTÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA FORA DA LUSOFONIA (O ESTUDO DE CASO DA ITÁLIA)

Roberto Mulinacci
(Universidade de Bologna – Itália)

> *Unitary language constitutes the theoretical expression of the historical processes of linguistic unification and centralization, an expression of the centripetal forces of language. A unitary language is not something given, but is always in essence posited – and at every moment of its linguistic life it is opposed to the reality of heteroglossia...*
> *But at the same time it makes its real presence felt as a force for overcoming this heteroglossia, imposing specific limits to it, guaranteeing a certain maximum of mutual understanding and crystallizing into a real, although still relative, unity – the unity of the reigning conversational (everyday) and literary language, "correct language".*
>
> (M. Bakhtin, "Discourse in the Novel", 1934-35, trad. ingl. 1981, p. 270).

Abordar o tema "que português ensinar" nos meios universitários italianos significa trazer à tona uma série de questões que, em boa medida, dizem respeito, de forma mais geral, ao ensino de português como língua estrangeira no seu conjunto, isto é, também aos aspectos mais circunstanciais do

tema, tais como os aspectos institucionais, históricos, metodológicos e assim por diante que estão natural e diretamente pressupostos pela aparente objetividade desse rótulo, mas que, por escolha pessoal – quem sabe se um tanto abusiva – não serão aqui tocados, a não ser que sejam realmente funcionais ao que vou tentar demonstrar, mesmo sem nenhuma pretensão de exaustividade. Não vou me referir aqui, então, por exemplo, ao processo de Bolonha, que modificou a situação da didática das línguas estrangeiras na Itália, redefinindo formas e figuras do ensino das disciplinas linguísticas, finalmente desvencilhadas do abraço mortal das literaturas; nem vou falar dos métodos desse ensino e dos seus eventuais problemas, que estão não raro ligados também aos materiais didáticos propostos em sala de aula e nem sempre adequados, por progressiva obsolescência teórica ou por certo intrínseco reducionismo gramatical, à tarefa para a qual foram pensados, sem considerar inclusive a formação dos profissionais da área, professores e leitores, às vezes não completamente condizente com as exigências específicas do cargo por eles ocupado[1].

Contudo, deixando de lado tanto a detecção e o diagnóstico das falhas da nossa área disciplinar quanto o merecido autocomprazimento com os inegáveis avanços que ela alcançou ao longo destes anos pós-autonomização, vale a pena, acho eu, nos debruçarmos principalmente sobre um aspecto preliminar dessa questão pedagógica e que, justamente por ser preliminar, preside (e não só precede) a toda e qualquer consideração suplementar em torno das modalidades e condi-

1 Sobre a situação do ensino universitário de português na Itália cf. Cecílio (2015).

ções desse ensino. Em outras palavras, mais do que me limitar a descrever as eventuais particularidades estratégicas e pedagógicas a que a língua portuguesa está sujeita nas nossas salas de aula, gostaria de questionar o próprio objeto de estudo ali ensinado e aprendido e que, longe de ser imediatamente evidente, remete – na esteira de uma reflexão merecidamente famosa de Eduardo Paiva Raposo (1984) – a uma ambiguidade semântica fundamental do sintagma em apreço ("língua portuguesa") e que só parcialmente pode ser desambiguizado mediante o acréscimo do adjetivo "brasileira" à sua denominação oficial. Com efeito, apesar da acrescida *extensionalidade* desse híbrido terminológico, "língua portuguesa e brasileira", que, embora variamente declinado, dá o título à nossa disciplina e à relativa área científico-disciplinar, o significado dele não consegue ganhar em *intensionalidade* o que perde em coerência, uma vez que o desdobramento do diassistema linguístico português nas suas duas variedades principais nada nos diz acerca delas, senão que uma noção tradicionalmente unitária de língua portuguesa virou, de repente, dupla.

Entendamo-nos: não estou obviamente contestando de jeito nenhum a oportunidade de colocar o português brasileiro ao lado do português europeu como horizonte referencial da nossa didática acadêmica: muito pelo contrário. Mas o que é que isso significa em termos concretos? Que as duas antigas normas que compartilhavam a gestão do espaço lusófono se tornaram agora para a Universidade italiana duas línguas distintas? Ou será, antes, que este rótulo mais abrangente, além de criar um paralelo com o ensino, justamente dual, das literaturas, portuguesa e brasileira, não passa enfim do simples reconhecimento de uma normatização divergente, cujo eventual desenvolvimento analítico em sala de

aula, porém, cabe apenas à discrição dos docentes? Claro que, nesse caso, não se trata de contribuir para as disputas teóricas em torno da atribuição ao português brasileiro do estatuto de língua plena e autônoma ou de mera variedade em situação de diglossia (conforme o *mainstream* ainda entre nós dominante), mas sim de assumir uma postura bem prática diante do leque de opções decorrente daquela teorização prévia, na qual, quer queiramos quer não, estamos todos, segundo diria Pascal, embarcados.

O que está aqui em debate, de fato, não é uma visão essencialista da língua portuguesa, vale dizer que inere profundamente à sua identidade, mas uma visão convencionalista, que depende do conceito operacional de língua portuguesa com o qual escolhemos lidar. Ao invés, então, de ajustar contas com a mãe de todas as perguntas, "o que é a língua portuguesa?", do ponto de vista geopolítico e sociolinguístico, a questão a que devemos responder, muito mais modestamente, se reduz à seguinte: "o que é a língua portuguesa para nós, professores e aprendizes estrangeiros?", ou melhor, "qual é o português que pretendemos ensinar e aprender?". Só que, enquanto professores pertencentes ao assim chamado Círculo em Expansão da lusofonia (tomo aqui emprestado, é claro, o esquema dos três círculos concêntricos propostos pelo linguista indiano Braj Kachru para distinguir o avanço global do inglês como língua materna, segunda e estrangeira, respectivamente), não é nada fácil dar uma resposta segura, uma vez que, diferentemente dos falantes nativos do Círculo Central (Portugal e Brasil), incapazes de se furtarem aos condicionamentos sócio-históricos do seu próprio padrão linguístico nacional, nós somos apenas destinatários das normas por eles elaboradas e portanto cabe em especial ao nosso livre arbítrio de aloglotas

fazer referência a uma das duas normas em pauta, não só no tocante ao nosso próprio desempenho verbal, como também ao planejamento de ensino.

Além disso, partindo do pressuposto de que, sob este aspecto, nenhuma das duas normas pode representar, hoje em dia, um padrão supradialetal válido para a Lusofonia inteira, nem podemos afirmar que essa escolha entre o português europeu ou o brasileiro corresponda sempre a uma alternativa autêntica à disposição dos aprendizes, já que isto depende muito mais de contingências particulares, como, por exemplo, o fato de aquele percurso linguístico duplo estar efetivamente presente ou não na oferta didática de um determinado curso. Esta é, por exemplo, a situação em que se encontra em muitas universidades italianas o ensino da língua portuguesa, entregue, pelo menos em parte, indiferentemente a leitores e professores portugueses ou brasileiros, conforme o tipo de convênios ou protocolos de cooperação ali em vigor com as instituições dos seus países de origem, sem que, isto implique necessariamente estratégias de política linguística por parte das universidades, preocupadas sobretudo com a possibilidade de estabelecer parcerias públicas internacionais para o co-financiamento dos cursos de língua. Daí decorre que os alunos italianos podem, normalmente, ter pleno acesso apenas a uma variedade de português, a qual, na esteira de uma nossa antiga tradição acadêmica e graças, sobretudo, ao firme e duradouro apoio do Instituto Camões, coincide, com poucas exceções, principalmente com a europeia.

Mas mesmo que os nossos alunos pudessem estar expostos aos "dois portugueses" – o que equivale a dizer estarem expostos também à norma brasileira, porque, no caso de "monolinguismo" lusófono, é bem provável que a única modalidade

contemplada seja aquela prevista pela gramática tradicional e decalcada obviamente do padrão lusitano –, em que consistiria, de fato, essa exposição? Para que a pergunta não pareça absurda ou óbvia, basta apenas levar em conta que, por exemplo, dentre os colegas com os quais compartilho, na Itália, essa responsabilidade didática da língua – se não me equivoquei demais na síntese geral das várias posturas deles, cujas eventuais nuanças, porém, não alteram sensivelmente o quadro que aqui estou esboçando –, circulam ideias bastante diferentes em torno do português brasileiro, contrapondo o status de uma simples norma do português, praticamente circunscrita à fala e cuja existência tão só oral dispensaria, portanto, de categorizações particulares, ao status de uma verdadeira língua, embora sempre predominantemente oral e não desprovida de traços substandard, mas digna de merecer o nome de "brasiliano" (brasileiro), por vezes até assim, *tout court*, sem nenhuma referência ao português, segundo aparece em certos dicionários e manuais[2].

Eis aqui, pois, a questão para mim crucial: eu estou obviamente convencido da existência *in re* de uma gramática do português brasileiro, assim como da obrigatoriedade do seu reconhecimento, inclusive por parte dos compêndios grama-

2 Estou me referindo não só aos dicionários e guias de conversação para viagens, tais como, por exemplo, aqueles, bem básicos e sem excessivas pretensões científicas, da editora italiana Vallardi, que propõe, ao lado de um guia de conversação em "brasileiro" (*Parlo brasiliano*), até um *Dizionario brasiliano* – ambos, o dicionário e o guia de conversação brasileiros, distintos dos seus equivalentes portugueses (*Dizionario Portoghese* e *Parlo portoghese*) –, como, principalmente, a um apreciado manual universitário, escrito por conceituados estudiosos (Giulia Lanciani, Carla de Souza Faria e Salvador Pippa) e publicado em dois volumes pela editora Hoepli (2015 e 2016), que se intitula simplesmente *Corso di Brasiliano*.

ticais escolares do Brasil e não apenas dos ensaios científicos. Todavia, o problema não é, nesse caso, considerarmos ou não cientificamente fundamentados os argumentos em prol da tese da existência de uma língua brasileira (seja qual for o nome que quisermos atribuir a ela), mas sim aceitarmos o fato de todos nós, professores e leitores de português na Itália, estarmos envolvidos em uma moderna "questão da língua" exatamente como qualquer falante nativo, embora de uma perspectiva diferente.

Por isso, imagino (e previno já) a possível objeção dos principais destinatários dessas minhas reflexões: sim, pode ser que uma tal questão exista, mas, no fundo, nós temos somente que propor aos nossos alunos o português padrão, ou seja, aquele objeto que está codificado pelas gramáticas tradicionais e cuja veicularidade estaria automaticamente garantida pelo fato de ser a única forma de português menos marcada em diatopia, o que, resultando em um círculo virtuoso, permitiria seu reconhecimento em todo e qualquer contexto nacional. Ora, deixando de lado que uma opção como essa seria, contudo, seja como for, uma opção ideológica (qual é a codificação gramatical que vamos escolher? Com base em que critérios? E o quanto precisaria ser tradicional uma gramática dessas?), o verdadeiro problema é que uma variedade autenticamente supranacional de português, isto é, uma espécie de português internacional, feliz ou infelizmente não existe, a não ser em uma acepção redutora do termo, que poderiamos fazer coincidir, mais ou menos, com o conceito evocado por um conceituado foneticista italiano, Luciano Canepari, professor aposentado de Fonética e Fonologia na Universidade de Veneza e autor de uma renomada coleção de manuais de pronúncia de várias línguas. Pois bem, no seu livro *Pronuncia portoghese per italiani*, publicado

em 2010, Canepari propõe, como objetivo didático básico para os nossos compatriotas, a aquisição de um padrão ideal de pronúncia portuguesa que ele chama de "português internacional", distinguindo-o assim dos dois padrões reais alternativos, o brasileiro e o "lusitano" (*sic*), a cuja cuidadosa descrição, de resto, são ali dedicados os capítulos sexto e sétimo, que aprofundam justamente a análise das "pronúncias nativas". Portanto, embora Canepari não defina preliminarmente o que ele entende por "português internacional", é fácil depreender que se trata, neste caso, de uma variante de pronúncia neutra, ou, melhor dizendo, neutralizada, identificável com o português falado por falantes não nativos e cujas características fonéticas parecem estar mais ou menos "a meio caminho" entre a norma brasileira e a lusitana, ainda que – conforme reconhece o próprio estudioso (cf. 2010:78) – seja efetivamente menos distante da primeira do que da segunda. Por outras palavras, o "português internacional" seria, em suma, uma sorte de versão simplificada da pronúncia-padrão do português europeu e bastante próxima do brasileiro, constituindo, ao mesmo tempo, a meta autossuficiente de um processo de aprendizagem linguística realisticamente viável para a maioria dos italófonos, uma vez que as peculiaridades das pronúncias nativas – em particular da lusitana, tachada por Canepari de "lunática" (2010:81) – tornariam o objetivo da sua aquisição dificílimo de atingir, além de ser considerado, aliás, pouco funcional do ponto de vista comunicativo.

Mas então, voltando para a objeção bem provável de algum colega e descontando os próprios limites fisiológicos de docentes de língua não materna (para os quais o português não pode ser senão "internacional", na medida em que nenhum dos nossos reais desempenhos verbais consegue se

acomodar perfeitamente em uma das duas normas de referência), o padrão linguístico que teríamos, em tese, de levar para a sala de aula não passaria, afinal de contas, de uma abstração, se configurando, de um lado, como uma variedade por *subtração*, obtida apagando os traços mais idiossincrásicos das duas variedades principais da Lusosfera, sendo delas uma média, ou, do outro lado, uma variedade por *acumulação*, acrescentando a um conjunto de formas relativamente estável e descrito com base na norma europeia, as variantes tidas como mais representativas da norma brasileira (convertendo-se, por conseguinte, essa "norma escolar", em uma suma, pelo menos aparente, do português de hoje). Só que, por paradoxal que pareça, o problema de qual língua ensinar em sala de aula – um problema que vai muito além de umas questiúnculas fonéticas, ortográficas ou lexicais, concernendo, antes, profundamente ao sistema da língua, sujeito a um processo natural de deriva que, como bem sabem todos os linguistas mais avisados, não só brasileiros, está afastando progressivamente (se já não as afastou o suficiente) a variedade europeia e a brasileira –, não recai apenas sobre os nossos ombros (ombros, aliás, de anões da lusofonia), como também e principalmente sobre os ombros daqueles dois gigantes nos quais estamos empoleirados e que são Portugal e Brasil.

É impossível, de fato, se deixar envolver nesse discurso sobre ensino e aprendizagem de português fora da CPLP sem se levar em conta que é o dinamismo ou a inércia das políticas linguísticas de Portugal e do Brasil que decide os rumos da internacionalização do português, entendendo, porém, com esta expressão não tanto a propagação, mundo afora, de um português supranacional e sem adjetivos, quanto sobretudo a luta estratégica pelo predomínio internacional de uma das duas

variedades nacionais desta língua. Neste sentido, a retórica unificadora do português como língua internacional choca-se de maneira frontal com a realidade de duas variedades nacionais se propondo – não só internacionalmente, como também no imaginário coletivo de seus falantes nativos – em versões autônomas e quase mutuamente excludentes, onde o equacionamento das suas diferenças ou está escamoteado sob marcas de uso locais (pense-se na acepção subrepticiamente depreciativa do rótulo de *brasileirismo*) ou, pelo contrário, é assumido como um *a priori* em relação ao qual medir novos processos de padronização (e servindo, em particular, para definir *a negativo* o português brasileiro como o que não é português europeu e às vezes, a depender do analista, nem português...).

De resto, que as abordagens simplistas – não raro baseadas no senso comum e confiadas a lemas de fácil sugestão[3], visando fazer passar apenas por "português" o que são, com toda evidência, nada mais do que duas "hipóstases"[4] estan-

3 Desde o mais famoso de todos, o surradíssimo lema "unidade na diversidade", pelo qual certos filólogos portugueses e brasileiros pretendiam explicar os desvios do padrão lusocêntrico, até as suas várias metamorfoses contemporâneas, entre as quais gostava de assinalar, em particular, aquela que tinha adotado alguns anos atrás o Canal Brasil, isto é, "vários sotaques, uma só língua", objeto, aliás, de um artigo de Sérgio da Motta e Albuquerque publicado em 17 de julho de 2013 no site do *Observatório da Imprensa* (http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/diversidade_e_unidade_da_lingua_portuguesa/) e bastante emblemático, a meu ver, do simplismo imperante em torno dos assuntos linguísticos.

4 Uso o termo "hipóstase" na acepção proposta por Bagno (2011), a saber, como um "construto cultural", resultado do processo de objetificação da língua, que, na esteira de um autêntico "equívoco cognitivo", acaba por reificá-la, por exemplo, em diversas realidades, entre as quais, por exemplo, uma norma(-padrão), uma gramática, etc.

ques dele – não ajudem a apreender as dinâmicas internas da lusofonia está sobejamente demonstrado pelo fato de os próprios professores e leitores de língua materna portuguesa que trabalham no exterior atuarem legitimamente como representantes exclusivos daquela única variedade de que são lídimos usuários. Para evitar equívocos, esclareço já, mais uma vez, que não cabe agora nas minhas preocupações estabelecer se o português europeu e o português brasileiro são a mesma língua ou não, nem qual o grau de recíproca inteligibilidade – que, obviamente, ninguém questiona – das duas variedades e sim, muito mais modestamente, tentar compreender em que deveria consistir um eventual padrão de referência para o aprendiz estrangeiro de português, dado que ambos os padrões em exame se revelam eminentemente autorreferenciais quando se trata de apontar para uma noção de língua supostamente comum.

O exemplo cabal disso não são tanto os professores lusitanos ou brasileiros de português, dos quais – mesmo não lhes cobrando a mútua ignorância do autêntico padrão alheio – seria insensato exigir uma atuação docente linguisticamente neutra ou dupla, quanto, pelo contrário, os manuais didáticos para estrangeiros publicados em Portugal e no Brasil, que reforçam a ideia de duas línguas-culturas, sob certos aspectos, monadárias, cada uma das quais declinando aquela presumida *koinè* à revelia, para não dizer na contramão, uma da outra. Se, todavia, do ponto de vista dos falantes nativos, tal atitude é sem dúvida compreensível e, de algum modo, até inevitável, ao contrário, na ótica do público-alvo daqueles livros, ela acaba por condicionar o percurso de aprendizagem, impondo uma série de escolhas forçadas (fonéticas, morfológicas, sintáticas, lexicais) que, embora sem comprometer

a eventual eficácia do desempenho verbal do aloglota, restringe, porém, a potencial abrangência da sua competência comunicativa àquele específico âmbito nacional de referência. O problema, escusado será dizer, não são o sotaque idealmente europeu ou brasileiro dos aprendizes, nem as listas dos assim chamados "estatalismos lexicais" (Berruto 2008:78), nem as diferentes regras de colocação pronominal, nem as peculiares formas de tratamento, nem as demais zonas de diferença que separam as duas variedades, mas sim uma concepção de língua cuja coerência pedagógica não pode ser subalternizada à sua pluricentricidade, apesar da incontestável utilidade de uma "permanente visão contrastiva" (Duarte 2016:229) desse português presumidamente ecumênico.

Destarte, se – conforme escreve Carvalho (2004: 267) – falar uma língua significa abranger "não somente os princípios concernentes à organização da gramática e do léxico, como também os princípios relativos à construção do discurso, às questões pragmáticas, à diversidade sociolinguística, além dos aspectos culturais", a oportunidade de aprender hoje em dia, na Itália, como em qualquer outro lugar do mundo, um determinado "tipo" de português, seja qual for, corre o risco, enfim, de se transformar numa escolha em prol dum modelo linguístico alternativo ao outro, ao invés de simplesmente complementar.

BIBLIOGRAFIA

BAGNO, M. (2011). O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In: Lagares, X.C. – Bagno, M. (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo, Parábola Editorial, pp. 355-387.

BERRUTO, G. (2008). *Prima lezione di sociolinguistica*. 2.ª ed. Roma-Bari: Editori Laterza.

CANEPARI, L. (2010). *Pronuncia portoghese per italiani*. Roma: Aracne Editrice.

CARVALHO, O. L. de S. (2004). Variação lingüística e ensino. Uma análise dos livros didáticos de português como segunda língua. In: Bagno, M. (org.). *Lingüística da Norma*. 2.ª ed. São Paulo: Edições Loyola., pp. 267-289.

CECÍLIO, L. A. (2015). Um panorama do ensino de língua portuguesa nas universidades italianas. In: Meyer, R. M. de B. – Albuquerque A. (orgs.). *Português: uma língua internacional*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, pp. 95-110.

DUARTE, I. M. (2016). Português, língua pluricêntrica. Que português ensinar em aulas de língua estrangeira? In: Andrade C.A. de B.-Micheletti G. – Seara I.R. (orgs.). *Memória, discurso e tecnologia*. São Paulo: Terracota Editora, pp. 217-236.

RAPOSO, E.P. (1984). Algumas observações sobre a noção de "lingua portuguesa".In: *Boletim de Filologia*, Lisboa, 29, pp. 585-592.

COMISSÃO EXECUTIVA DO XII CONGRESSO DA AIL

Roberto Vecchi
Università di Bologna, Presidente AIL

Cláudia Pazos-Alonso
Universidade de Oxford, 1a Vice-Presidente

Elias Torres Feijó
Universidade de Santiago de Compostela, 2.º Vice-Presidente

Vincenzo Russo
Università degli Studi di Milano, Secretário-Geral e Tesoureiro

Carlos Ascenso André
Instituto Politécnico de Macau, Membro do Conselho Assessor

Isabel Poço Lopes
Instituto Politécnico de Macau

COMISSÃO CIENTÍFICA

Cláudia Pazos-Alonso
Universidade de Oxford, Coordenadora

Benjamin Abdala Junior
Universidade de São Paulo

Cândido Oliveira Martins
Universidade Católica Portuguesa

Carlos Ascenso André
Instituto Politécnico de Macau

Ettore Finazzi-Agrò
Universidade de Roma "La Sapienza"

Isabel Poço Lopes
Instituto Politécnico de Macau

Maria Aldina Bessa Ferreira Rodrigues Marques
Universidade do Minho

Natalia Czopek
Universidade Jaguelónica de Cracóvia

Raquel Bello Vázquez
Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre

Regina Zilberman
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Roberto Mulinacci
Universidade de Bolonha

Roberto Vecchi
Universidade de Bolonha

Roger Friedlein
Ruhr-Universität Bochum

Sabrina Sedlmayer
Universidade Federal de Minas Gerais

Teresa Pinheiro
Technische Universität Chemnitz

Vincenzo Russo
Universidade de Milão

ESTE LIVRO FOI
COMPOSTO EM CARATERES STONE SERIF,
DESENHADOS POR SUMMER STONE, E IMPRESSO
EM PAPEL CREME 90 G E CAPA EM CROMO DUO 200 G,
NA PAPELMUNDE SMG, EM VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO MÊS
DE MARÇO DE 2019, 35 ANOS APÓS A FUNDAÇÃO DA
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS
PELO LUSITANISTA R.A. LAWTON,
EM POITIERS.